

Distribuição Tributária Brasileira Influência nos Índices de Desenvolvimento Local

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.159-174>

Recebido em: 17/7/2018

Aceito em: 14/3/2018

Ari Söthe,¹ Patrícia Luiza Kegel,² Monize Sâmara Visentini³

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é analisar a influência dos mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira nos índices de desenvolvimento da saúde, educação e emprego e renda dos municípios catarinenses, por meio de sua execução orçamentária. A metodologia delinea-se como descritiva de corte transversal, com coleta de dados documentais e abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada com uma amostragem probabilística de 170 municípios que integram a população dos 295 municípios catarinenses. Os resultados da investigação demonstram a influência significativa nos índices analisados. A correlação, no entanto, é pequena ou média e com pouca capacidade de explicação entre as variáveis da distribuição tributária e índices de desenvolvimento, assim como as variáveis da execução orçamentária e índices de desenvolvimento. A partir da avaliação da influência dos mecanismos distributivos nos índices de desenvolvimento das três áreas, por classes de categorias, identificou-se uma correlação significativa somente na área de emprego e renda, assim como um efeito de correlação com média capacidade de explicação. Conclui-se que o aumento da distribuição tributária e da execução orçamentária influencia nos índices de desenvolvimento. Desse modo, torna-se necessário o aprimoramento dos atuais mecanismos, para que possam ser precursores da qualificação dos índices de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Distribuição tributária. Índices de desenvolvimento. Execução orçamentária.

BRAZILIAN TAX DISTRIBUTION: INFLUENCE ON LOCAL DEVELOPMENT INDICES

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the influence of the distributive mechanisms of the Brazilian tax structure in the health, education and employment and income indices of the municipalities of Santa Catarina, through its budget execution. The methodology is described as descriptive cross-sectional, with documentary data collection and quantitative approach. The research was carried out with a probabilistic sampling of 170 municipalities that integrate the population of the 295 municipalities of Santa Catarina. The results of the research demonstrate the significant influence on the indices analyzed. However, the correlation is small or medium and with little capacity for explanation between the variables of the tax distribution and development indexes, as well as the variables of budget execution and development indexes. From the evaluation of the influence of the distributive mechanisms on the development indices of the three areas by category classes, a significant correlation was identified only in the area of employment and income, as well as a correlation effect with average explanatory capacity. It is concluded that the increase in tax distribution and budget execution influence development indices. Thus, it is necessary to improve the current mechanisms, so that they can be precursors to the qualification of local development indexes.

Keywords: Tax distribution. Development indices. Budget execution.

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (Furb). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). ari.sothe@uffs.edu.br

² Doutora em Direito Internacional pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb). plkegel@yahoo.com.br

³ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). monize.visentini@uffs.edu.br

Ao longo dos anos, a criação de novas políticas públicas aumentou significativamente o comprometimento dos recursos públicos municipais. Destacam-se, entre elas, a obrigatoriedade municipal no atendimento de 100% da procura pela educação infantil, absorção de parte dos custos do transporte escolar de estudantes do município em escolas estaduais, custeio das judicializações na área da saúde, independentemente dos níveis de complexidade dos serviços, entre outros. Moratta (2015) ressalta que, com a Constituição Federal de 1988, foram descentralizados recursos e transferidos diversos serviços para os municípios que eram oferecidos pela União, porém não houve um equilíbrio entre esses processos, o que gerou problemas aos governos municipais na oferta de bens e serviços para a população local.

Diante dessa realidade, os mecanismos distributivos do modelo institucional de federalismo fiscal brasileiro incorporam as diversas formas de redistribuição dos tributos arrecadados pela União e Estados aos seus respectivos entes descentralizados. Dentro desses mecanismos de distribuição dos tributos arrecadados pela esfera federal e estadual aos municípios, destacam-se a cota parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cota parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cota parte do Impostos Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), entre outros.

Entende-se, assim, que a utilização dos atuais mecanismos distributivos dos tributos federais e estaduais na análise da evolução dos indicadores sociais da saúde, educação, emprego e renda dos municípios catarinenses, permitirá demonstrar à sociedade não somente os resultados da execução orçamentária, mas, principalmente, se existe relação entre distribuição tributária, execução eficiente do orçamento e evolução desses indicadores.

A problemática da presente pesquisa consiste na necessidade de identificação da influência da distribuição tributária sobre os índices de desenvolvimento local por meio da execução orçamentária eficiente. Deste modo, apresenta-se a questão de pesquisa assim formulada: *Em que medida a distribuição tributária, por meio dos atuais mecanismos, influencia os índices de desenvolvimento dos municípios catarinenses?* O estudo tem por objetivo analisar a influência dos mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira nos índices de desenvolvimento da saúde, educação e emprego e renda dos municípios catarinenses, mediante sua execução orçamentária.

Para responder a questão de pesquisa e atingir o objetivo, foi formulado um conjunto de três hipóteses:

- H_{01} : *Os mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de saúde dos municípios catarinenses;*
- H_{02} : *Os mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de educação dos municípios catarinenses;*
- H_{03} : *Os mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de emprego e renda dos municípios catarinenses.*

Entre os estudos com maior aproximação a esta pesquisa, destaca-se o de Moratta (2015), que, entre outros objetivos, buscou identificar a correlação entre as transferências intergovernamentais com o Índice da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A presente pesquisa, no entanto, se difere das demais já realizadas e busca preencher uma lacuna dentro da literatura, ao analisar a relação existente entre os mecanismos de distribuição dos tributos, a execução dos orçamentos e índices de desenvolvimento da saúde, educação e emprego e renda de forma individualizada. Assim, busca-se inferir se os atuais mecanismos de distribuição dos tributos são adequados na ótica da execução dos orçamentos e na qualificação dos índices de desenvolvimento.

As contribuições práticas deste estudo são constituídas, inicialmente, pela sua capacidade de demonstrar a real interferência dos mecanismos de distribuição na qualidade do gasto público na saúde, educação e emprego e renda. De outra forma, a partir da avaliação da importância dos mecanismos distributivos e da eficiência da gestão nos índices de desenvolvimento, é possível inferir sobre a importância da mudança dos mecanismos distributivos.

O estudo é constituído de cinco seções, iniciando com esta introdução. Posteriormente, apresenta-se a fundamentação teórica que sustenta a pesquisa. Em seguida delinham-se os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da investigação. Na sequência é feita a análise e interpretação dos dados coletados. Finalizando, são apresentadas as conclusões e recomendações de pesquisas futuras no que abrange o tema investigado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desenvolvimento Regional e Local

A compreensão do conceito de região é fundamental para entender como o desenvolvimento acontece na dimensão regional. Gomes (2000) ressalta que reconhecer a existência da noção de região nas mais diversas ciências parece muito mais importante que procurar responder definitivamente o que é região. O geógrafo lembra que o termo região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, do qual surgiram diversas palavras como regente, regência, comando, regra, etc. “*Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma” (GOMES, 2000, p. 50).

Ao abordar a questão regional, é perceptível a distância ainda presente para solucioná-la em definitivo. Conforme destaca Oliveira (1993, p. 45), “a Questão Regional é, antes de tudo e, sobretudo, um caso de uma unidade nacional mal resolvida”. Nesse sentido, o pesquisador entra na seara das manifestações do separatismo dos Estados do Sul e Sudeste, compreendido como separatismo dos Estados ricos e visto como uma fratura no processo de consolidação da unidade nacional. É evidente que a Questão Regional passa, necessariamente, pela discussão histórica do mercado de força de trabalho, assim como pela questão agrária, posto que a construção da unidade nacional partiu, inicialmente, pela ocupação geográfica do território nacional.

Cargnin (2011, p. 33) destaca que as desigualdades são uma dimensão do desenvolvimento, ressaltando o fato de que “sua persistência ou agravamento até níveis elevados não é desejável e nem mesmo aceitável, especialmente do ponto de vista do Estado, que tem a preocupação com a totalidade do território”. Esse aprofundamento tende a excluir uma parte do território e suas populações dos benefícios gerados pelo desenvolvimento, sejam eles no aspecto econômico, no social ou na melhoria da qualidade de vida (GARGNIN, 2011). Por isso, na visão do pesquisador, a escala local ou municipal é importante, no entanto devem ser observadas as demais escalas, especialmente as intermediárias entre o local e o global.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento é um processo de mudança da sociedade no sentido de melhorar o bem-estar da população ao longo do tempo, alargando o seu leque de escolhas nos domínios da saúde, educação e rendimento (PNUD, 2016). Percebe-se a importância dessas três áreas para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento. Dessa forma, a análise dos indicadores nas áreas de saúde, educação, emprego e renda são fundamentais para o acompanhamento do desenvolvimento local.

Na área da educação, compete aos municípios o atendimento à educação básica, avaliada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Diniz (2012, p. 70) afirma que “o governo federal instituiu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, exatamente com a função de avaliar o desempenho dos alunos em uma prova de desempenho em matemática e língua portuguesa, bem como na taxa de aprovação em cada escola pública”. Vale lembrar que o Ideb é formado a partir da avaliação dos estudantes do quinto ano (Ideb – Anos Iniciais) e do nono ano (Ideb – Anos Finais).

No que diz respeito à área da saúde, compete principalmente aos municípios a prestação de serviços de atendimentos básicos da saúde e procedimentos de baixa complexidade, cabendo aos demais entes federativos a execução de serviços de média e alta complexidades. A avaliação da área da saúde municipal tem como principal referência a avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (Idsus). De acordo com Ministério da Saúde (2017), o desempenho mensurado pelo Idsus tem como base o foco à avaliação do cuidado em saúde, obtido por meio de indicadores capazes de medir o acesso e a efetividade das ações e serviços de saúde, com parâmetros regionais para os residentes em cada município brasileiro. Assim, o modelo avaliativo do Idsus integra: (1) a avaliação da vigilância e do cuidado à saúde dos residentes de cada município brasileiro; (2) a adoção de uma série de métodos estatísticos; e (3) a caracterização dos municípios brasileiros segundo semelhanças socioeconômicas, situação de saúde e estrutura do sistema de saúde (MS, 2017).

A ampliação da capacidade de geração de emprego e renda, apesar de não ser uma área de responsabilidade direta e exclusiva dos municípios, depende também dos seus investimentos. Entre os mecanismos de coleta, para avaliação dos indicadores municipais nessa área estão a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Neste estudo adotou-se o IFDM como parâmetro de avaliação dos indicadores municipais, um estudo do Sistema Firjan que calcula anualmente a evolução dos indicadores da Saúde, Educação, Emprego e Renda, dos mais de 5 mil municípios brasileiros (FIRJAN, 2015).

Mecanismos Distributivos da Estrutura Tributária Brasileira

Com o objetivo de reduzir as diferenças regionais, o sistema federativo fiscal brasileiro integra um conjunto de transferências intergovernamentais constitucionais, assim denominadas por serem de caráter compulsório e de regulamentação constitucional. Os Fundos Constitucionais, fundos fiscais e demais fundos de desenvolvimento regional, buscam cumprir a função da diminuição dos desequilíbrios regionais no Brasil (MATIAS-PEREIRA, 2010). Esses são compreendidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), formados a partir da arrecadação de 3% do Imposto de Renda (IR) e Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), dos quais 60% desse valor são destinados ao FNE e o restante aos demais fundos.

De outro modo, em âmbito estadual, o ICMS representa o principal recurso distribuído a todos os municípios, buscando a redução das desigualdades. Entre as transferências intergovernamentais, os fundos de participação apresentam uma forma de distribuição interessante das finanças de grande parte dos entes subnacionais, especialmente dos municípios. Sua importância, crescente como forma e repartição das riquezas entre os entes, os qualifica como mecanismo indispensável no modelo de federalismo fiscal, instituído pela Constituição Federal de 1988 (FIORENTINO, 2010). O Quadro 1 sintetiza o conjunto de mecanismos distributivos compulsórios da União e Estados para os municípios.

Quadro 1 – Principais mecanismos distributivos compulsórios federais e estaduais para os municípios

Origem	Tributo	Mecanismos	Percentuais	Fundamento Legal
União	Imposto de Renda e Patrimônio (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	23,5%	art. 159, I – CF/1988 e EC 55/2007
Estado	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	25% de 10%	art. 159, II – CF/1988 e art. 5 LC 61/1989
União	Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide)	Cota-Parte da Cide	25% de 29%*	art. 159, III – CF/1988 e EC 42/2003
União	Imposto Territorial Rural (ITR)	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	50%**	art. 158, inc. II – CF/1988
Estado	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	Cota-Parte do ICMS	25%	art. 158, inc. IV – CF/1988
Estado	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Cota-Parte do IPVA	50%	art. 158, inc. III – CF/1988
União	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)-	ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/1996	25%	art. 31, inc. II – L.C. 87/1996
União	20% do ICMS, FPM/FPE, Desoneração do ICMS (LC 87/1996), IPI sobre Exportação, Imposto de Transmissão Causa Mortis (ITCMD), IPVA, IR sobre rendimentos dos municípios e Estados. 50% ITR	Fundeb	20% e 50%	Lei nº 11.494 de 2007

*Os Estados receberão 29% do governo federal, dos quais deverão repassar 25% aos municípios.

** Para municípios que não optarem em arrecadar, fiscalizar e cobrar o ITR conforme Lei Federal nº 11.250/2005.

Fonte: Elaborado a partir da CF/1988 e L.C. 87/1996.

É notável a importância do FPM e do ICMS como mecanismos de distribuição de recursos aos municípios, tanto pela sua base quanto pelo percentual. Nota-se que o ITR e o IPVA são os tributos com maior percentual, equivalendo a 50% de distribuição aos municípios pela União e Estados. O valor arrecadado por esses tributos, no entanto, é significativamente inferior à base de distribuição do FPM e do ICMS.

No contexto dos mecanismos distributivos, é indispensável compreender a importância das transferências voluntárias. Para Matta (2006), as transferências voluntárias apresentam características redistributivas, pois buscam dar mais equilíbrio à participação dos entes na distribuição da riqueza, servindo como meio balizador da equidade na federação. No mesmo sentido, Moutinho, Kniess e Maccari (2013) destacam que o governo federal lança mão das transferências voluntárias para descentralizar parte de suas ações, atendendo às demandas locais. É notável a importância desse tipo de recurso na manutenção e estabelecimento de políticas públicas nos governos locais. Merecem destaque, todavia, os possíveis efeitos danosos, em especial da sua influência nos resultados dos processos eleitorais nos municípios. Schneider (2012, p. 10) ressalta que “ocorrem eleições no Brasil a cada dois anos, podendo existir um incentivo para os governadores e presidentes utilizarem as transferências voluntárias com o fim de favorecer prefeituras aliadas e, assim, influenciar nas eleições dos cargos executivos municipais”.

Planejamento e Execução Orçamentária Municipal

O imediatismo na prestação dos serviços públicos solicitados pela sociedade faz com que os gestores públicos, muitas vezes, abram mão do planejamento de cada ação governamental. Por isso, “facilitar a solução de problemas pela ação catalisadora aplicada a toda a comunidade através de um planejamento estratégico, baseado na previsão do que vai acontecer, é um bom caminho a ser seguido pelo governo” (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 258).

Nesse sentido, Matias-Pereira (2010) complementa que, quando se estuda o processo de produção de bens e serviços públicos demandados pela sociedade, o Estado necessita, antecipadamente, decidir os tipos, quantidade e qualidade dos bens ou serviços que irá produzir, carecendo do planejamento para o uso dos recursos escassos da maneira mais racional e eficiente possível. Quanto maiores forem as demandas por serviços e políticas públicas e menores os recursos para a sua execução, mais amplo e cuidadoso deverá ser o processo de planejamento. Tal processo deve ser estimulador do desenvolvimento, com preocupação pelo bem comum, antecedendo e acompanhando a elaboração orçamentária.

Nessa linha, Rebouças (2014) frisa que o planejamento público é concretizado pelo sistema orçamentário instituído pela Constituição de 1988 e que tem uma engenharia que integra e coordena a lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com Rebouças (2014, p. 22), “no ápice desse sistema está o PPA, principal lei de planejamento público, nos termos constitucionais, que vinculará a LDO, a LOA, os planos nacionais, regionais e setoriais”. Ao se referir à LOA, Machado Júnior e Reis (2003) destacam que ela integrará todas as receitas e despesas classificadas, de forma a evidenciar as políticas e os programas de trabalho do governo, em harmonia com os objetivos da entidade pública. De outro modo, a LDO contemplará as metas e prioridades da administração, as despesas de capital para o próximo exercício financeiro e as orientações para a elaboração do orçamento e alterações para a legislação tributária (MACHADO JÚNIOR; REIS, 2003).

No que se refere à eficiência do processo orçamentário, ressalta-se que a Constituição Federal, em seu artigo 37, estabelece-a como um dos princípios da administração pública. Além disso, nesse artigo é destacado que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, moralidade, publicidade e eficiência[...]” (BRASIL, 2004). A partir desse regramento constitucional, os gestores públicos municipais evidenciam, por meio da execução orçamentária, os resultados de sua gestão eficiente dos recursos provenientes da arrecadação tributária própria e das transferências dos demais entes da federação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é classificado, quanto aos objetivos, como descritivo, pois busca descrever a influência da distribuição tributária nos índices de desenvolvimento dos municípios catarinenses. O modelo utilizado no estudo foi o de corte transversal, coletando os dados dos exercícios de 2009 a 2013 dos 170 municípios integrantes da amostra da pesquisa. A indisponibilidade dos índices de desenvolvimento dos municípios nas três áreas, a partir do exercício de 2014, limitou a análise de um espaço temporal mais amplo.

Quanto ao procedimento de coleta dos dados, a pesquisa é classificada como documental baseada na coleta das informações por meio da página eletrônica do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), no qual foram obtidos os dados da distribuição tributária e execução orçamentária. Ademais, na página da Firjan buscaram-se os índices de desenvolvimento dos municípios nas três áreas. Finalmente, na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletaram-se as informações necessárias para a caracterização dos municípios, como número de habitantes, densidade demográfica e Produto Interno Bruto (PIB) *Per Capita*.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como quantitativa. A população objeto do estudo abrange os 295 municípios catarinenses. A amostra é classificada como probabilística, e, de acordo com Colauto e Beuren (2004), permite que cada elemento da população tenha a mesma chance de ser escolhido, ampliada a capacidade de representação do universo pela amostra selecionada. O Erro Amostral foi definido em 5%, conforme indicado e calculado por Barbeta (2008), totalizando uma amostra de 170 municípios.

Para a análise dos dados, utilizou-se o programa de análises estatísticas *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – versão 21.0) *for Windows*. Os testes realizados compreendem a Correlação de *Pearson* (r), a fim de mensurar se as variáveis da Distribuição Tributária e da Execução Orçamentária podem influenciar a variável Índice de Desenvolvimento, não fazendo sentido a influência oposta. De acordo com Field (2009), o Coeficiente de Correlação de *Pearson* (r) é também conhecido como o coeficiente de correlação produto-momento, ou seja, a medida do grau de associação entre duas variáveis, e a direção dessa associação pode ser positiva ou negativa. Outra medida avaliada foi o Coeficiente de determinação, definido por Field (2009) como o coeficiente de correlação ao quadrado (r^2), que possibilita medir a quantidade de variação em uma variável que é explicada pela outra.

Por fim, após o teste das três hipóteses do estudo, verificou-se a existência de correlações entre os índices de desenvolvimento e as diversas categorias de classificação dos municípios catarinenses, como Contribuição Tributária (CT), PIB *Per Capita* (PPC), Ano de Emancipação (AE), População (P) e Densidade Demográfica (DD).

DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção são descritos e interpretados os resultados do teste das três hipóteses do estudo, que buscam identificar se existe influência dos mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira sobre os índices de desenvolvimento local. A seguir são apresentados os resultados do teste de correlação dos índices de desenvolvimento local com as categorias definidas na pesquisa.

Resultados das análises dos índices de desenvolvimento por categorias Para o teste das hipóteses H_{01} , H_{02} e H_{03} procedeu-se a uma análise de correlação, por meio da interpretação do Coeficiente de Correlação de *Pearson* (r). A Tabela 1 demonstra o resultado da correlação anual existente entre a distribuição tributária e execução orçamentária com os índices de desenvolvimento da área de saúde, utilizando dois conjuntos de variáveis, assim definidos: 1) Distribuição Tributária (DT) e Índice de Desenvolvimento na Saúde (IDS); 2) Execução Orçamentária na Saúde (EOS) e Índice de Desenvolvimento na Saúde (IDS).

Tabela 1 – Resultado do teste de correlação da hipótese H_{01} – Distribuição tributária, execução orçamentária e índice de desenvolvimento da área de saúde

Ano	Variáveis	Correlação (r) de <i>Pearson</i>	Coefficiente de Determinação (r^2)	Sig. (α)	Status da hipótese
2009	DT e IDS	0,210**	0,044	0,006	Suportada
	EOS E IDS	0,188*	0,035	0,014	Suportada
2010	DT e IDS	0,222**	0,049	0,004	Suportada
	EOS E IDS	0,205**	0,042	0,007	Suportada
2011	DT e IDS	0,210**	0,044	0,006	Suportada
	EOS E IDS	0,201**	0,040	0,009	Suportada
2012	DT e IDS	0,194*	0,038	0,011	Suportada
	EOS E IDS	0,193*	0,037	0,012	Suportada
2013	DT e IDS	0,202**	0,041	0,008	Suportada
	EOS E IDS	0,201**	0,040	0,009	Suportada

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades). * A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A primeira hipótese estatística analisou a correlação existente entre distribuição tributária, execução orçamentária e os índices de desenvolvimento da área de saúde e ficou assim definida: H_{01} : *Os mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de saúde dos municípios catarinenses;*

Essa hipótese foi testada por meio de dois conjuntos de variáveis. Os achados indicam que H_{01} é suportada em razão do nível de significância ($sig. \leq 0,05$), ou seja, de uma probabilidade de correlação acima de 95% entre as variáveis. Por outro lado, o (r)

indicou um efeito de correlação pequeno. Field (2009, p. 129) explica que “[...] como o coeficiente de correlação é uma medida padronizada de um efeito observado, ele é uma medida comumente usada do tamanho do efeito, e que valores de $\pm 0,1$ representam um efeito pequeno, $\pm 0,3$, um efeito médio e $\pm 0,5$, um efeito grande”.

Diante desses resultados é possível observar que: a) existe uma correlação significativa entre as variáveis dos dois conjuntos, e; b) a correlação existente é fraca e o coeficiente de determinação é baixo, ou seja, a distribuição tributária e execução orçamentária são capazes de explicar apenas entre 3,5% a 4,9% os índices testados. Esse percentual representa, efetivamente, a influência da distribuição tributária e execução sobre o índice de desenvolvimento da saúde. Assim sendo, a evolução dos índices de desenvolvimento da saúde é explicada em aproximadamente 96% por outros fatores que não sejam a distribuição tributária e execução orçamentária. Mesmo assim, os resultados nos anos pesquisados indicam que H_{01} é suportada, ou seja, é possível afirmar que os mecanismos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de saúde dos municípios catarinenses, mesmo que com fraca intensidade.

Por meio da Tabela 2 são evidenciados os resultados da correlação anual existente entre a distribuição tributária e a execução orçamentária com os índices de desenvolvimento da área de educação, utilizando dois conjuntos de variáveis, assim definidos: 1) Distribuição Tributária (DT) e Índice de Desenvolvimento na Educação (IDE); 2) Execução Orçamentária na Educação (EOE) e Índice de Desenvolvimento na Educação (IDE).

Tabela 2 – Resultado do teste de correlação da hipótese H_{02} – Distribuição tributária, execução orçamentária e índice de desenvolvimento da área de educação

Ano	Variáveis	Correlação (r) de Pearson	Coefficiente de Determinação (r ²)	Sig. (α)	Status da hipótese
2009	DT e IDE	0,179*	0,032	0,019	Suportada
	EOE e IDE	0,161*	0,026	0,036	Suportada
2010	DT e IDE	0,177*	0,031	0,021	Suportada
	EOE e IDE	0,157*	0,025	0,041	Suportada
2011	DT e IDE	0,175*	0,031	0,022	Suportada
	EOE e IDE	0,161*	0,026	0,036	Suportada
2012	DT e IDE	0,184*	0,034	0,016	Suportada
	EOE e IDE	0,182*	0,033	0,018	Suportada
2013	DT e IDE	0,201**	0,040	0,008	Suportada
	EOE e IDE	0,199**	0,040	0,009	Suportada

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A hipótese estatística H_{02} testou a correlação entre distribuição tributária, execução orçamentária e índices de desenvolvimento da área da educação e ficou assim definida: H_{02} : *Os mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de educação dos municípios catarinenses.*

Essa hipótese também foi testada utilizando-se dois conjuntos de variáveis. Os resultados confirmam que H_{02} é suportada estaticamente ($sig. \leq 0,05$). Da mesma forma, como na hipótese anterior, é possível observar que a correlação é significativa, no entanto fraca (FIELD, 2009) entre as variáveis utilizadas nos dois conjuntos. Assim, o índice de desenvolvimento da educação é influenciado entre 2,5% a 4,0% pela distribuição tributária e execução orçamentária, conforme o coeficiente de determinação, incorrendo a outros fatores a explicação de grande parcela da evolução do índice. Dessa maneira, os resultados do período pesquisado indicam que H_{02} é suportada, ou seja, é possível afirmar que os mecanismos da estrutura tributária brasileira influenciam fraca e positivamente os índices de desenvolvimento da área de educação dos municípios catarinenses.

A Tabela 3 apresenta os resultados da correlação anual existente entre a distribuição tributária e a execução orçamentária com os índices de desenvolvimento da área de emprego e renda, utilizando os seguintes conjuntos de variáveis: 1) Distribuição Tributária (DT) e Índice de Desenvolvimento no Emprego e Renda (Ider); 2) Execução Orçamentária no Emprego e Renda (Eoer) e Índice de Desenvolvimento no Emprego e Renda (Ider).

Tabela 3 – Resultado do teste de correlação da hipótese H_{03} – Distribuição tributária, execução orçamentária e índice de desenvolvimento da área de emprego e renda

Ano	Variáveis	Correlação (r) de Pearson	Coefficiente de Determinação (r^2)	Sig. (α)	Status da hipótese
2009	DT e Ider	0,309**	0,100	0,000	Suportada
	Eoer e Ider	0,296**	0,088	0,000	Suportada
2010	DT e Ider	0,373**	0,139	0,000	Suportada
	Eoer e Ider	0,341**	0,116	0,000	Suportada
2011	DT e Ider	0,367**	0,135	0,000	Suportada
	Eoer e Ider	0,303**	0,092	0,000	Suportada
2012	DT e Ider	0,389**	0,151	0,000	Suportada
	Eoer e Ider	0,313**	0,101	0,000	Suportada
2013	DT e Ider	0,388**	0,151	0,000	Suportada
	Eoer e Ider	0,347**	0,120	0,000	Suportada

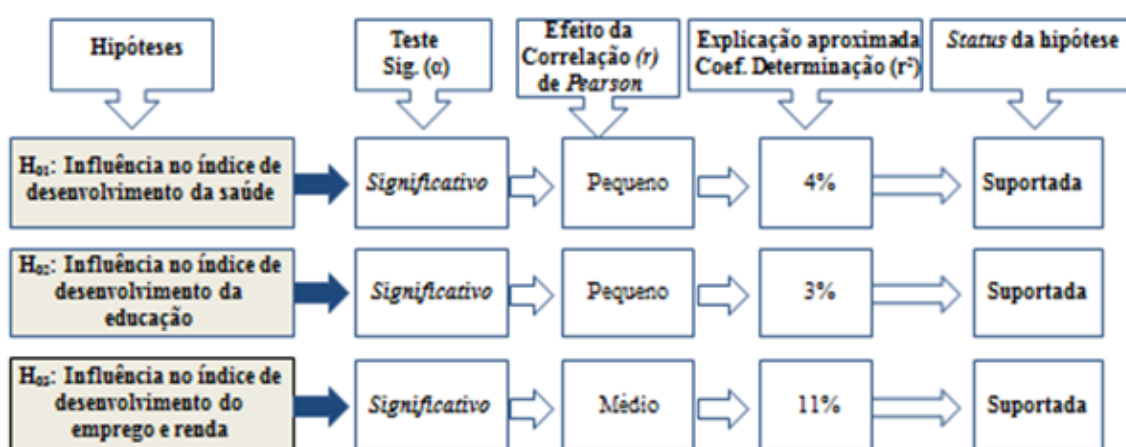
** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades). * A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades). Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A hipótese estatística H_{03} permitiu testar a correlação entre distribuição tributária, execução orçamentária e índices de desenvolvimento da área de emprego e renda, sendo assim definida: H_{03} : *Os mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de emprego e renda dos municípios catarinenses.*

A última hipótese do estudo também foi testada utilizando-se dois conjuntos de variáveis. Os resultados demonstram um efeito significativo das correlações entre as variáveis dos dois conjuntos testados ($sig. \leq 0,05$). Em complemento, o (r) apresentou um efeito médio, superior a 0,3, indicando que entre 8,8% a 15,1% da evolução dos índices de desenvolvimento do emprego e renda são atribuídos à influência da distribuição tributária e execução orçamentária, conforme o coeficiente de determinação. Esses resultados indicam que H_{03} é suportada, ou seja, é possível afirmar que os mecanismos da estrutura tributária brasileira influenciam moderada e positivamente os índices de desenvolvimento da área de emprego e renda dos municípios catarinenses.

Na Figura 1 apresenta-se uma síntese dos testes das três hipóteses do estudo.

Figura 1 – Síntese do teste das hipóteses



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Torna-se possível inferir, por meio da Figura 1, que: a) todas as hipóteses do estudo apresentaram uma correlação significativa entre as variáveis de cada um dos conjuntos; b) os resultados do teste de Correlação de *Pearson* identificaram um efeito pequeno ou médio de associação entre as variáveis das três hipóteses. Assim, a influência da distribuição tributária e execução orçamentária sobre os índices das três áreas corresponde entre 3% a 11%, conforme coeficiente de determinação.

Esses achados manifestam que o montante, distribuído e executado nas três áreas analisadas nos municípios catarinenses, tem uma relação significativa com os índices de desenvolvimento. Essa relação, entretanto, não consegue explicar por completo o comportamento desses índices. Este aspecto também foi identificado por Moratta (2015), demonstrando que a dependência dos municípios em relação às transferências intergovernamentais não influencia o crescimento econômico.

Esse diagnóstico demonstra que o aumento na execução orçamentária não garante a melhora nos índices de desenvolvimento local. Isso fica exposto, principalmente, diante dos índices da educação e saúde, pois não foi possível explicar a evolução dos índices predominantemente a partir da distribuição e execução. A vinculação constitucional de grande parcela de recursos, portanto, auxilia na ampliação da execução orçamentária, mas não necessariamente interfere diretamente nos índices de desenvolvimento, pois outros fatores não avaliados neste estudo provavelmente influenciem a evolução.

Esses resultados reforçam a necessidade de proposição da revisão do atual modelo distributivo, pois se percebe que a aplicação dos recursos, em muitos municípios, não vai ao encontro da melhoria dos indicadores. Mendes (1994) ressalta que o município deve ter os recursos fiscais necessários para o fornecimento de bens e serviços públicos demandados com a maior qualidade possível. Não deve receber, no entanto, mais recursos que realmente necessita à custa da demanda insuficiente por bens e serviços públicos de outros municípios. Isso permite uma reflexão de que os mecanismos utilizados não estão atingindo, de fato, as necessidades locais.

Como destaca Prado (2003), a redistribuição tributária, para diminuir as diferenças regionais e locais, deve ser promovida pelo governo central, utilizando-se, para isso, mecanismos como as transferências voluntárias, distribuídas por meio de critérios técnicos e necessidades específicas de determinada região ou local.

Em resumo, a revisão dos atuais mecanismos deve ir no sentido de que possam aumentar a sua capacidade de influenciar a execução dos orçamentos. Em complemento, devem ser motivadores da qualificação do gasto, ou seja, os municípios deverão receber os recursos que efetivamente necessitam para executar adequadamente suas políticas públicas, para que o gasto possa influenciar os índices de desenvolvimento local. De outro modo, os mecanismos devem ser capazes de apresentar um cenário semelhante àquele em que a contribuição permanece em seu maior volume nos municípios, com exceção dos recursos necessários para diminuir as desigualdades regionais.

Resultado das Análises dos Índices de Desenvolvimento por Categorias

Para complementar os resultados que buscam atender ao objetivo geral do estudo, nesta seção são apresentados os resultados do teste de Correlação de *Pearson* (r) dos índices de desenvolvimento dos municípios com as categorias formadas pela Contribuição Tributária (CT), PIB *Per Capita* (PPC), Ano de Emancipação (AE), População (P) e Densidade Demográfica (DD). Os índices de desenvolvimento observam uma escala de posição qualitativa do 1° ao 170°.

Os resultados dessa correlação são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultado do teste de correlação dos índices de desenvolvimento com categorias

Categorias	Variáveis	Correlação (r) de <i>Pearson</i>	Coefficiente de Determinação (r^2)	Sig. (α)
Contribuição Tributária/2013	CT e IDS	-0,185*	0,034	0,016
	CT e IDE	-0,136	0,018	0,076
	CT e Ider	-0,275**	0,076	0,000
PIB <i>Per Capita</i> /2013	PPC e IDS	-0,074	0,005	0,338
	PPC e IDE	-0,247**	0,061	0,001
	PPC e Ider	-0,340**	0,116	0,000
Ano de emancipação/2013	AE e IDS	0,059	0,003	0,441
	AE e IDE	0,069	0,005	0,374
	AE e IDER	0,471**	0,222	0,000

População/2010	P e IDS	-0,225**	0,051	0,003
	P e IDE	-0,158*	0,025	0,040
	P e Ider	-0,380**	0,144	0,000
Densidade demográfica/2010	DD e IDS	-0,283**	0,080	0,000
	DD e IDE	-0,123	0,015	0,110
	DD e Ider	-0,350**	0,123	0,000

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os resultados da Tabela 4 evidenciam um efeito significativo das correlações entre os conjuntos de variáveis da contribuição tributária e índices de desenvolvimento da saúde e emprego e renda. De outro lado, não existe uma correlação significativa entre contribuição tributária e índice de desenvolvimento da educação no ano de 2013. Merece destaque que a Correlação de *Pearson* (r) demonstra que, à medida que a contribuição tributária aumenta, os índices de desenvolvimento de saúde e emprego e renda melhoram, não influenciando o índice de desenvolvimento da educação. Isso é evidenciado pelo sinal negativo dos resultados da correlação, pois os índices estão estruturados de 1 a 170, de modo que 1 representa a classificação superior e 170 a inferior. Outro aspecto importante a destacar é o efeito de correlação pequeno, pois ambos foram inferiores a 0,3.

Quando analisados os resultados do efeito do PIB *Per Capita* sobre os índices de desenvolvimento, percebe-se que existe um efeito significativo e pequeno para o índice da educação e um médio para o emprego e renda. Por outro lado, não existe correlação significativa entre o PIB *Per Capita* e o índice de desenvolvimento da saúde. Dessa forma, à medida que os municípios melhoram o seu PIB *Per Capita*, melhoram também seus índices de educação e emprego e renda.

De forma bastante distinta, na análise da correlação da categoria ano de emancipação com os índices, foi possível identificar que os resultados não foram significativos para os índices de desenvolvimento da saúde e educação. Assim, somente o índice de desenvolvimento de emprego e renda apresentou um efeito significativo e médio. Esses resultados distintos, com correlação positiva, permitem afirmar que os municípios mais antigos apresentam melhores índices de desenvolvimento de emprego e renda, pois, quanto mais antigo o ano de emancipação, melhor é seu índice.

Partindo-se para a observação da correlação da categoria população com os índices, compreende-se que todos os resultados foram significativos, com variação dos efeitos entre pequeno e médio. Assim, os municípios com maior população em 2010 apresentam também melhores índices de desenvolvimento nas três áreas pesquisadas.

No exame da correlação da última categoria, correspondente à densidade demográfica de 2010, constata-se uma correlação significativa nos índices das áreas da saúde e emprego e renda, com efeito pequeno e médio, respectivamente. De outro modo, o índice de educação não apresentou correlação significativa com a densidade demográfica. Assim, é possível inferir que, à medida que aumenta a densidade demográfica dos municípios, melhoram também os índices de desenvolvimento da saúde e emprego e renda.

CONCLUSÕES

A qualificação dos gastos públicos se dá por meio da execução das políticas públicas fundamentais para a sociedade. Diante disso, torna-se indispensável que os mecanismos de distribuição dos tributos aos municípios possam contribuir na melhora dos indicadores sociais. De outro modo, quando os mecanismos são incapazes de melhorar significativamente essa realidade, é necessária a reflexão para sua adequação, evitando não somente dificuldades dos governos, mas, principalmente, eliminando a possibilidade de que municípios sejam beneficiados pelo modelo distributivo em detrimento de outros. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência dos mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira nos índices de desenvolvimento da saúde, educação e emprego e renda dos municípios catarinenses, por meio de sua execução orçamentária.

Para responder à questão da pesquisa e corroborar os resultados encontrados, utilizou-se o teste de hipóteses. As três hipóteses estatísticas foram ao encontro do objetivo geral do estudo. Assim, são apresentadas e seus resultados ficam evidenciados:

H_{01} : Os mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de saúde dos municípios catarinenses.

Essa hipótese foi suportada a partir do teste de dois conjuntos de variáveis. O efeito da Correlação de *Pearson* (r), no entanto, foi pequeno e com capacidade de explicação aproximada de 4%, conforme coeficiente de determinação. Assim, fica confirmada a influência, mesmo que pequena, dos mecanismos distributivos nos índices de desenvolvimento da saúde.

H_{02} : *Os mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de educação dos municípios catarinenses.*

A segunda hipótese foi suportada com o teste dos dois conjuntos de variáveis, com efeito pequeno na Correlação de *Pearson* (r) e pouca capacidade de explicação dos resultados. Dessa forma, fica confirmada a influência pequena dos mecanismos distributivos nos índices de desenvolvimento da educação.

H_{03} : Os mecanismos distributivos da estrutura tributária brasileira influenciam positivamente os índices de desenvolvimento da área de emprego e renda dos municípios catarinenses.

A última hipótese do estudo foi suportada a partir do teste dos dois conjuntos de variáveis, com média capacidade de explicação dos resultados. Fica confirmada, portanto, a influência dos mecanismos distributivos nos índices de desenvolvimento do emprego e renda, porém com média capacidade de explicação.

O teste das três hipóteses mostra que existe uma relação entre a distribuição, a execução e os índices de desenvolvimento. Essas variáveis, entretanto, são incapazes de explicar integralmente o desenvolvimento local das três áreas nos municípios do Estado de Santa Catarina. Esses resultados vão ao encontro do estudo realizado por Moratta (2015), que identificou o fato de que as transferências intergovernamentais não influenciam o crescimento econômico nos municípios pesquisados.

Em complemento, a análise por categorias da influência da distribuição tributária sobre os índices de desenvolvimento demonstrou que: 1) o resultado foi significativo somente para a área de emprego e renda em todas as categorias definidas. O efeito da Correlação de *Pearson* (r) foi médio na área de emprego e renda, pequeno ou sem efeito nos índices da saúde e educação. A explicação da correlação foi média na área de emprego e renda, e muito pequena nas áreas da saúde e educação.

Conclui-se que o aumento da distribuição tributária e execução orçamentária, dentro do atual modelo, influencia os índices de desenvolvimento, no entanto essa influência é pequena ou média. Esse diagnóstico indica que existe uma necessidade de aprimoramento dos mecanismos para que sejam precursores do desenvolvimento local. Propõe-se, desse modo, que a qualificação/eficiência dos gastos, políticas públicas executadas, esforço tributário/arrecadatório, demandas individuais e capacidade de influência no desenvolvimento local, sejam elementos precursores para a discussão de um novo modelo distributivo tributário para os municípios.

Recomenda-se, para futuras pesquisas, a análise quantitativa a partir de outras variáveis, buscando identificar os demais fatores que interferem nos índices de desenvolvimento dos municípios. Sugere-se, igualmente, ampliar o horizonte de pesquisa, integrando municípios de outros Estados, assim como o espaço temporal de coleta a partir de 2014.

REFERÊNCIAS

- BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 7. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988. 23. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 2004.
- BRASIL. *Lei nº 11.250 de 27 de dezembro de 2005*. Regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11250.htm. Acesso em: 30 nov. 2018.
- BRASIL. *Lei Complementar nº 87/1996, de 13 de setembro de 1996*. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm. Acesso em: 5 mar. 2016.
- CARGNIN, A. P. *Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais*. 2011. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, Análise e interpretação dos Dados. In: BEUREN, I. M. (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- DINIZ, J. A. *Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros*. 176f. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2012.
- FIELD, A. *Descobrir a estatística usando o SPSS*. Tradução Lorí Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FIORENTINO, L. C. F. D. *As transferências intergovernamentais no federalismo fiscal brasileiro*. 2010. 241f. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.
- FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. *IFDM 2015 – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: ano base 2013 – recorte municipal, abrangência nacional*. 2015. 28 p. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/data/files/43/22/FF/C8/634615101BF66415F8A809C2/IFDM-2015-versao-completa.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- MACHADO JUNIOR, J. T.; REIS, H. da C. *A lei 4.320 comentada*. 31. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ibmam, 2003.
- MATTA, J. L. J. da. *Equilíbrio federativo e sistema único de saúde: as transferências financeiras e o SUS no jogo das relações federativas no Brasil*. 2006. 183f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2006.
- MATIAS-PEREIRA, J. *Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENDES, M. J. *Proposta para um novo federalismo fiscal: novos critérios de distribuição do FPM e criação do fundo de participação das regiões metropolitanas*. Brasília: Banco Central do Brasil, jan. 1994.
- MS. Ministério da Saúde. Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde: modelo avaliativo. Disponível em: <http://idsus.saude.gov.br/documentos.html>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- MORATTA, N. G. *A participação das transferências intergovernamentais no crescimento econômico dos municípios: um estudo no Estado de Santa Catarina*. 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2015.
- MOUTINHO, J. da A.; KNISS, C. T.; MACCARI, E. A. A influência da gestão de projetos na estratégia de transferências voluntárias de recursos da União para municípios brasileiros: o caso de uma prefeitura de médio porte. *Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 181-207, jan./mar. 2013.
- OLIVEIRA, F. de. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Revista Estudos Avançados*. v. 7, n. 18, p. 43-63, maio/ago. 1993.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *O que é IDH*. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/#>. Acesso em: 29 mar. 2016.
- PRADO, S. Distribuição intergovernamental de recursos na Federação brasileira. In: REZENDE, F.; OLIVEIRA, F. A. de (org.). *Descentralização e Federalismo Fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003.
- REBOUÇAS, A. H. M. *A impositividade das emendas parlamentares ao orçamento à luz do princípio constitucional do planejamento público: um exame sob as perspectivas da “resposta correta” e do “direito como integridade” em Dworkin e das pré-compreensões em Gadamer*. 2014. 128f. Tese (Mestrado em Direito) – Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), 2014.
- SCHNEIDER, R. A. *Motivação política nas transferências voluntárias federais nos Estados Unidos*. 2012. 53f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, 2012.
- SICONFI. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. *Consultas*. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em: 20 fev. 2016.